

STJ00096636

LUIZ REGIS PRADO
DENISE HAMMERSCHMIDT
DOUGLAS BONALDI MARANHÃO
MÁRIO COIMBRA

Direito de Execução Penal

3.^a edição
revista, atualizada e ampliada

Coordenação da obra
LUIZ REGIS PRADO

Prefácio
RENÉ ARIEL DOTTI

De acordo com a Lei
de coleta de perfil
genético como forma
de identificação criminal
(Lei 12.654/2012)

THOMSON REUTERS
**REVISTA DOS
TRIBUNAIS™**

Direito de Execução Penal

3.^a edição revista, atualizada e ampliada

LUIZ REGIS PRADO
DENISE HAMMERSCHMIDT
DOUGLAS BONALDI MARANHÃO
MÁRIO COIMBRA

Coordenação da obra
LUIZ REGIS PRADO

© desta edição
[2013]

EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA.

GISELLE TAPAI
Diretora responsável

991

Rua do Bosque, 820 – Barra Funda
Tel. 11 3613.8400 – Fax 11 3613.8450
CEP 01136-000 – São Paulo, SP, Brasil

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfílmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos do Código Penal) com pena de prisão e multa, busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

Visite nosso *site*: www.rt.com.br
CENTRAL DE RELACIONAMENTO RT
(atendimento, em dias úteis, das 8 às 17 horas)
Tel. 0800.702.2433
e-mail de atendimento ao consumidor: sac@rt.com.br

Impresso no Brasil [06-2013]
Universitário Complementar
Fechamento desta edição [03.06.2013]



ISBN 978-85-203-4820-8

978288

SUMÁRIO

PREFÁCIO – RENÉ ARIEL DOTTI.....	5
----------------------------------	---

SOBRE OS AUTORES	11
------------------------	----

I

PRINCÍPIOS DA EXECUÇÃO PENAL

1. Princípios da Execução Penal.....	22
2. Princípio da legalidade	23
3. Princípio devido processo legal	24
4. Princípio da humanidade	25
5. Princípio da jurisdicionalidade.....	27
6. Princípio do contraditório e da ampla defesa	29
7. Princípio da igualdade	30
8. Princípio da individualização da pena.....	31
9. Princípio da publicidade.....	33

II

OBJETO E APLICAÇÃO DA LEI DE EXECUÇÃO PENAL ARTIGOS 1.º A 4.º DA LEP

1. Do objeto da execução penal.....	35
2. Da jurisdição do Juízo da Execução Criminal.....	36
3. Dos presos provisórios.....	37
4. Condenado pela Justiça Eleitoral ou Militar.....	38
5. Direitos não atingidos pela sentença ou pela lei.....	38
6. Discriminação.....	41
7. Comunidade como ente colaborador	72

III

CLASSIFICAÇÃO DOS CONDENADOS ARTIGOS 5.º A 9.º DA LEP

1. Exame de personalidade.....	45
2. Exame criminológico.....	46

IV

PERFIL GENÉTICO COMO FORMA
DE IDENTIFICAÇÃO CRIMINAL E BANCO
DE DADOS DE DNAs DE CRIMINOSOS
ARTIGOS 9.º-A DA LEP

1. Perfil Genético como forma de Identificação Criminal e Banco de Dados de DNAs de criminosos	52
2. A Lei Brasileira 12.654, de 28 de maio de 2012, que alterou as Leis 12.037, de 1.º de outubro de 2009, e 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal.....	54
3. As informações genéticas contidas nos bancos de perfis genéticos dos criminosos deverão respeitar as normas constitucionais e internacionais sobre direitos humanos, genoma humano e dados genéticos.....	56
4. Perfis genéticos e sua regulação na Lei Processual Penal e na Lei de Execução Penal Brasileira (LEP – Lei 7.210/1984)	57
5. Consentimento do submetido à extração do DNA	60
6. Do sigilo e da segurança dos dados genéticos	62

V

ASSISTÊNCIA
ARTIGOS 10 A 27 DA LEP

1. Aspectos gerais	68
2. Assistência material	71
3. Assistência à saúde	71
4. Assistência jurídica	73
5. Assistência educacional	75
6. Assistência social	77
7. Assistência religiosa	78
8. Assistência ao egresso	78

VI

TRABALHO
ARTIGOS 28 A 37 DA LEP

1. Aspectos gerais	81
2. Trabalho interno	84

3. Trabalho externo.....	85
--------------------------	----

VII

DEVERES E DIREITOS
ARTIGOS 38 A 43 DA LEP

1. Deveres do preso.....	89
2. Direitos do preso.....	91

VIII

DISCIPLINA
ARTIGOS 44 A 60 DA LEP

1. Considerações iniciais	96
2. Faltas disciplinares	100
3. Regime disciplinar diferenciado	105
4. Sanções	107
5. Recompensas	108
6. Aplicação das sanções.....	109
7. Procedimento disciplinar.....	109

IX

ÓRGÃOS DA EXECUÇÃO PENAL
ARTIGOS 61 A 81 DA LEP

1. Órgãos da execução penal	114
2. Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária.....	114
3. Juízo da Execução.....	118
4. Ministério Público	122
5. Conselho Penitenciário.....	123
6. Departamentos Penitenciários	124
6.1 Departamento Penitenciário Nacional.....	124
6.2 Departamento Penitenciário local.....	125
6.3 Direção administrativa e de pessoal dos estabelecimentos penais.....	125
7. Patronato	126
8. Conselho da Comunidade	127
9. Defensoria Pública.....	128

X

ESTABELECIMENTOS PENAIS
ARTIGOS 82 A 104 DA LEP

1. Estabelecimentos penais	132
2. Penitenciária	137
2.1 Penitenciária Federal	139
3. Colônia agrícola, industrial ou similar	142
4. Casa do albergado	142
5. Centro de Observação	143
6. Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico	144
7. Cadeia Pública	145

XI

EXECUÇÃO DAS PENAS EM ESPÉCIE:
PENAS PRIVATIVAS DE LIBERDADE
ARTIGOS 105 A 146 DA LEP

1. Guia de recolhimento	149
2. Cálculo de liquidação e soma das penas	151
3. Superveniência de doença mental	152
4. Regimes	152
5. Soma, unificação de pena, detração, remição e fixação de regime	154
6. Progressão de regime	156
6.1 Requisito objetivo	159
6.2 Requisito subjetivo	159
6.3 Progressão nos crimes hediondos ou equiparados	161
7. Regime aberto	162
7.1 Progressão por saltos	164
8. Regressão de regime	164
9. Monitoração Eletrônica	166
10. Permissão de saída prisional	168
11. Saída temporária	170
11.1 Requisitos para a concessão da saída temporária	171
11.2 Condições legais e fiscalização	172
11.3 Prazo para a saída temporária	173

11.4	Revogação da saída temporária.....	173
12.	Remição	174
12.1	Contagem do tempo remido	176
12.2	Decisão judicial.....	177
12.3	Perda do tempo remido	178
12.4	Tempo remido e benefícios	179
13.	Livramento condicional.....	180
13.1	Requisitos de ordem objetiva.....	180
13.2	Requisitos de ordem subjetiva	182
13.3	Concessão do livramento.....	183
13.4	Condições	184
13.5	Carta de livramento, cerimônia, caderneta e pecúlio	184
13.6	Observação cautelar e proteção	185
13.7	Revogação obrigatória e facultativa	185
13.8	Efeitos da revogação	187
13.9	Modificação das condições	187
13.10	Suspensão do livramento	187
13.11	Prorrogação do período de prova e extinção da pena.....	188

XII

PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS ARTIGOS 147 A 155 DA LEP

1.	Penas restritivas de direitos e execução penal	194
2.	Requisitos objetivos e subjetivos para substituição da pena	196
3.	Espécies de penas restritivas de direitos	197
3.1	Prestação pecuniária	197
3.2	Perda de bens e valores.....	199
3.3	Prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas	200
3.4	Interdição temporária de direitos	202
3.5	Limitação de fim de semana	205
4.	Conversão da pena na execução.....	206
5.	Fiscalização e regras para a execução	208

XIII

SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA
ARTIGOS 156 A 163 DA LEP

1. Conceito e natureza jurídica.....	214
2. Requisitos	215
3. Espécies	216
4. Condições	217
5. Período de prova.....	218
6. Revogação	219
7. Prorrogação.....	220
8. Extinção.....	220
9. Competência.....	220

XIV

PENA DE MULTA
ARTIGOS 164 A 170 DA LEP

1. Conceito, natureza jurídica e aplicação da pena de multa	226
2. Pagamento e parcelamento	228
3. Conversão e suspensão da pena de multa	230
4. Da prescrição da pena de multa na execução	230

XV

EXECUÇÃO DAS MEDIDAS
DE SEGURANÇA
ARTIGOS 171 A 179 DA LEP

1. Considerações preliminares.....	235
2. Conceitos.....	238
3. Pressupostos	238
4. Aplicação	240
5. Espécies	241
6. Execução.....	242
7. Guia de internação.....	243
8. Cessação de periculosidade	244
9. Desinternaç�o	246

XVI
DAS CONVERSÕES
ARTIGOS 180 A 184 DA LEP

1.	Incidentes de execução.....	249
1.1	Considerações preliminares.....	249
1.2	Conversões.....	251
1.2.1	Pena privativa de liberdade em penas restritivas de direito.....	251
1.2.2	Penas restritivas de direito em pena privativa de liberdade.....	252
1.2.3	Impossibilidade de conversão da pena de multa.....	253
1.2.4	Pena privativa de liberdade em medidas de segurança.....	254
1.2.5	Tratamento ambulatorial em internação.....	256

XVII
EXCESSO OU DESVIO
ARTIGOS 185 A 186 DA LEP

1.	Considerações preliminares.....	259
2.	Excesso ou desvio.....	262
3.	Legitimidade para suscitar o incidente.....	263

XVIII
ANISTIA, GRAÇA E INDULTO
ARTIGOS 187 A 193 DA LEP

1.	Anistia.....	267
2.	Graça.....	269
3.	Indulto.....	270
3.1	Decreto 7.873 de 26 de dezembro de 2012.....	272
3.1.1	Requisitos para Indulto.....	272
3.1.2	Requisitos para a Comutação.....	275
3.1.3	Falta disciplinar de natureza grave.....	276
3.1.4	Pena de multa e o indulto.....	277
3.1.5	Crimes hediondos ou equiparados e a concessão de indulto e comutação.....	277
3.1.6	Cabimento de indulto e comutação.....	280
3.1.7	Procedimento judicial.....	281

XIX

PROCEDIMENTO JUDICIAL
ARTIGOS 194 A 197 DA LEP

1. Processo e procedimento judicial	286
2. Iniciativa	287
3. Procedimento.....	287
3.1 Videoconferência na execução penal.....	288
4. Agravo em execução	291

XX

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS
ARTIGOS 198 A 204 DA LEP

1. Disposições finais e transitórias.....	293
---	-----

BIBLIOGRAFIA	299
--------------------	-----

OBRAS DO COORDENADOR	303
----------------------------	-----